

IMPACTOS PSICOSSOCIAIS DO TRABALHO POLICIAL MILITAR: RISCOS À SAÚDE MENTAL E ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO

Wedson Leal dos Santos – Bacharel em Psicologia – FAMAP. Email:
wedsonleal2013@gmail.com

André Benassuly Arruda – Docente – FAMAP. E-mail:
profpsi21@faculdefamap.edu.br

Genecy Roberto dos Santos Bachinski – Docente – FAMAP. E-mail:
genecypsi@hotmail.com

Geny Roberto dos Santos – Docente – FAMAP. E-mail:
administrativo@faculdefamap.edu.br

Helena Cristina Santos Nascimento – Docente – FAMAP. E-mail:
administrativo@faculdefamap.edu.br

Josie Rodrigues Vieira – Docente – FAMAP. E-mail:
administrativo@faculdefamap.edu.br

Marineide Aquino de Souza – Docente – FAMAP. E-mail:
administrativo@faculdefamap.edu.br

Maria Clara Nascimento Teixeira – Docente – FAMAP. E-mail:
administrativo@faculdefamap.edu.br

Sinandra Carvalho dos Santos Fernandes – Docente – FAMAP. E-mail:
administrativo@faculdefamap.edu.br

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar os impactos psicossociais do trabalho policial militar, com ênfase nos riscos à saúde mental e nas estratégias de prevenção identificadas na literatura científica. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, conduzida por meio de revisão integrativa da literatura, com recorte temporal entre os anos de 2018 e 2024. Foram selecionados e analisados dez artigos científicos que

abordam diretamente o sofrimento psíquico de policiais militares, considerando fatores como exposição à violência, rigidez hierárquica, carga horária excessiva e ausência de suporte institucional. Os resultados apontam para um quadro recorrente de adoecimento mental, manifestado principalmente por sintomas de estresse, ansiedade, depressão e Burnout. Constatou-se também a presença de barreiras institucionais, como o estigma e a invisibilização do sofrimento. Apesar das limitações nas políticas públicas voltadas ao cuidado psicológico, algumas iniciativas de prevenção demonstraram potencial positivo, como programas de escuta ativa, capacitação de lideranças e práticas de autocuidado. Conclui-se que a saúde mental dos policiais militares exige uma abordagem multidimensional e institucionalizada, que reconheça o sofrimento como uma dimensão legítima da atuação profissional.

Palavras-chave:

Saúde mental; Polícia Militar; Riscos psicossociais.

INTRODUÇÃO

O exercício da atividade policial militar no Brasil envolve um conjunto de exigências físicas, emocionais e sociais que, ao longo do tempo, impactam diretamente a saúde mental dos profissionais envolvidos. A rotina desses trabalhadores é marcada pela exposição constante à violência, ao risco de morte, à pressão hierárquica e ao conflito entre o dever institucional e os valores pessoais, elementos que contribuem para o surgimento de sérios agravos psíquicos.

Pesquisas indicam que o ambiente organizacional militarizado pode atuar como agente adoecedor, ao estimular a negação dos afetos, a competitividade excessiva e a supressão de emoções como medo, angústia e vulnerabilidade. Tais dinâmicas, quando associadas à ausência de suporte institucional adequado, contribuem para a invisibilização do sofrimento psíquico no interior das corporações (Barbosa, Macedo & Silveira, 2011). Como consequência, transtornos como depressão, ansiedade, Burnout e ideação suicida têm se tornado cada vez mais comuns entre os policiais militares (Fórum Brasileiro De Segurança Pública, 2022; Chaves; Shimizu, 2018).

O Relatório Nacional de Saúde Mental na Segurança Pública, publicado pelo Ministério da Justiça (2022), já alertava para o crescimento contínuo dos índices de adoecimento psíquico nessa categoria profissional. Embora algumas iniciativas tenham sido criadas — como grupos de escuta ativa, práticas de atenção plena e programas

internos de apoio psicológico —, sua efetividade é limitada pela falta de continuidade e pela fragilidade do respaldo institucional (Alves; Bendassolli; Gondim, 2017; Santos Et Al., 2021).

Além do estresse inerente à função, os policiais convivem diariamente com pressões institucionais intensas: rigidez disciplinar, cobrança por resultados e exposição permanente a cenários de conflito. Muitas vezes, esses fatores são agravados pela escassez de recursos materiais e humanos, dificultando inclusive a preservação da própria integridade física. Esse cenário contribui para a consolidação de uma cultura organizacional baseada na repressão das emoções e na negação do sofrimento, impedindo a expressão legítima do mal-estar e desencorajando a busca por ajuda (Silva & Bueno, 2017; Babolim, Becker & Guisso, 2019).

Paralelamente, cresce no Brasil o debate sobre os efeitos psíquicos da atividade policial não apenas enquanto função, mas como experiência humana, vivida por sujeitos que sentem, adoecem e necessitam de cuidado. Programas implantados por algumas Polícias Militares estaduais, como os dos estados do Paraná, São Paulo e Minas Gerais, têm buscado responder a essa demanda por meio de ações como atendimento psicológico interno, oficinas de autocuidado e treinamentos em inteligência emocional (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022).

Contudo, ainda há escassez de estudos que avaliem com profundidade os impactos e a eficácia dessas iniciativas, o que evidencia a importância de pesquisas que articulem teoria e prática, capazes de subsidiar políticas públicas estruturadas e duradouras voltadas ao bem-estar mental desses profissionais.

Diante desse panorama, este estudo propõe-se a investigar os principais fatores psicossociais que influenciam o adoecimento mental de policiais militares, com foco nas estratégias de prevenção já registradas na literatura científica entre os anos de 2018 e 2024. A intenção é contribuir para o fortalecimento de políticas institucionais mais eficazes, embasadas em dados empíricos e sustentadas por uma abordagem humanizada da saúde mental na segurança pública.

A escolha deste tema também se fundamenta em uma vivência pessoal do autor, policial militar em exercício no estado do Pará. Em 03 de agosto de 2022, durante um momento de folga, o autor presenciou uma tentativa de homicídio e interveio com o uso de arma de fogo, conseguindo evitar a morte da vítima e conter os agressores. A

ocorrência, registrada oficialmente e descrita integralmente no Anexo A, gerou impactos emocionais significativos, ainda que a ação tenha ocorrido dentro da legalidade.

Essa experiência despertou reflexões profundas sobre o custo psíquico das decisões tomadas sob pressão, o papel das instituições diante do sofrimento de seus agentes e a ausência de suporte psicológico formal no acompanhamento pós-ocorrência. Assim, a vivência direta das consequências emocionais da função policial foi um fator determinante na escolha do presente estudo, reforçando a urgência de se discutir com seriedade os impactos psicossociais da atividade policial militar no Brasil contemporâneo.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão bibliográfica, fundamentada em produções científicas publicadas nos últimos anos sobre a saúde mental de profissionais da Polícia Militar. Essa abordagem foi escolhida por permitir o levantamento, análise e interpretação crítica de estudos já publicados, visando aprofundar a compreensão sobre os impactos psicossociais vivenciados por esses profissionais e as estratégias preventivas propostas na literatura (De Lunetta; Guerra, 2023).

Quanto ao seu objetivo, esta pesquisa classifica-se como descritiva e explicativa, uma vez que busca, por um lado, descrever os principais fatores que influenciam o sofrimento psíquico de policiais militares e, por outro, explicar como o contexto institucional, a cultura organizacional e a ausência de políticas estruturadas contribuem para esse cenário.

Foi empregado o método de revisão integrativa, conforme descrito por Dantas et al. (2021), o qual possibilita a síntese de resultados de pesquisas empíricas e teóricas, oferecendo uma visão abrangente do estado atual do conhecimento sobre o tema. Essa metodologia permite integrar diferentes tipos de estudos – qualitativos, quantitativos e revisões – ampliando o entendimento da problemática.

Adotou-se uma abordagem qualitativa para o tratamento dos dados, priorizando a análise de conteúdo das publicações selecionadas. Buscou-se compreender os significados atribuídos pelos autores aos fenômenos analisados, dando ênfase aos aspectos subjetivos e sociais que envolvem a saúde mental no ambiente da Polícia Militar.

Os critérios de inclusão consideraram artigos publicados entre 2018 e 2024, em português, com acesso completo e que abordassem diretamente a temática da saúde mental de policiais militares. Foram excluídas publicações duplicadas, sem acesso ao texto completo ou que não se relacionavam com os objetivos da pesquisa.

Ao todo, foram selecionados e analisados dez artigos científicos que atenderam aos critérios estabelecidos. Os dados extraídos desses estudos foram organizados em eixos temáticos para facilitar a discussão crítica dos resultados, apresentados nos capítulos seguintes. Assim, a presente revisão visa oferecer uma base teórica sólida e atualizada, capaz de subsidiar futuras pesquisas, intervenções práticas e formulações de políticas públicas voltadas ao cuidado com a saúde emocional dos profissionais da segurança pública

Na metodologia aplicada à coleta de dados, foi realizada por meio de busca em bases acadêmicas e científicas como SciELO, LILACS, Google Acadêmico e periódicos indexados nas áreas da psicologia, saúde coletiva e segurança pública., em conformidade com a aplicação de seus recursos de busca.

RESULTADOS

Para a realização deste estudo, buscou-se na literatura o catálogo e análise de dez publicações científicas acerca do emprego de abordagens teóricas e práticas relacionadas aos impactos psicossociais vivenciados por policiais militares, com ênfase nos riscos à saúde mental e nas estratégias de prevenção utilizadas no âmbito institucional. As produções selecionadas, publicadas entre os anos de 2018 e 2025, apresentam diferentes metodologias e enfoques – desde estudos de caso e pesquisas qualitativas até revisões sistemáticas – permitindo uma compreensão ampla e multifacetada da temática.

TABELA 1: caracterização dos estudos analisados

AUTOR E ANO	TÍTULO DA OBRA	METODOLOGIA APLICADA	OBJETIVO PRINCIPAL
Sousa & Barroso (2023)	Sofrimento psíquico em policiais militares brasileiros: revisão de literatura.	Estudo qualitativo, com entrevistas semiestruturadas	Identificar fatores emocionais relacionados ao cotidiano profissional dos PMs, como estresse, violência e ausência de suporte institucional

AUTOR E ANO	TÍTULO DA OBRA	METODOLOGIA APLICADA	OBJETIVO PRINCIPAL
Caetano (2024)	Adoecimento Mental E Suicídio De Policiais Militares No Brasil: Uma Análise Da (Ir)Responsabilidade Institucional.	Estudo qualitativo, com base em entrevistas e análise documental.	Discutir o descompasso entre o reconhecimento do sofrimento e a aplicação de medidas efetivas de prevenção.
Ferreira & Dias (2022)	Subjetivação e adoecimento no trabalho policial militar à luz da psicodinâmica.	Qualitativa, com base teórica na psicodinâmica do trabalho.	Investigar como se dá o processo de subjetivação e sofrimento psíquico no contexto do trabalho policial militar, à luz da psicodinâmica do trabalho — especialmente com base na teoria de Christophe Dejours.
Barroso, Sousa & Ribeiro (2024)	Aspectos de saúde mental investigados em policiais: uma revisão integrativa.	Revisão integrativa da literatura.	Realizar uma revisão integrativa da literatura científica brasileira sobre saúde mental de policiais, com o intuito de identificar os principais aspectos investigados, os transtornos mais recorrentes, os fatores associados ao adoecimento e as lacunas de pesquisa na área.
Queiroz (2025)	Avaliação psicológica continuada: prevenção do adoecimento mental do policial militar.	Teórico-reflexivo (ensaio).	Discutir a importância da avaliação psicológica continuada como estratégia preventiva ao adoecimento mental de policiais militares, propondo sua institucionalização como política pública permanente no âmbito da segurança pública.
Dias (2023)	Análise socioclínica do contexto do trabalho e sua relação com o adoecimento mental de policiais militares do Distrito Federal.	Qualitativa, com abordagem socioclínica	Analisar, a partir da perspectiva da análise socioclínica , as condições e relações de trabalho que contribuem para o adoecimento mental de policiais militares do Distrito Federal, destacando os impactos da cultura organizacional e da estrutura hierárquica na saúde psicológica desses profissionais.
Santos S S. & Saturnino A. S. G. (2023)	O adoecimento psíquico nos policiais militares.	Revisão integrativa.	Analisar os principais fatores que contribuem para o adoecimento psíquico de policiais militares, com ênfase na vivência do estresse ocupacional, nos efeitos da rotina de trabalho exaustiva e na falta de suporte institucional à saúde mental dos profissionais.
Back (2023)	Acompanhamento psicológico preventivo para agentes de segurança pública.	Ensaio teórico-reflexivo com base em experiência profissional	Apresentar e discutir a importância da implementação de ações preventivas de acompanhamento psicológico contínuo para agentes de segurança pública, com foco na promoção da saúde mental e na redução dos fatores

AUTOR E ANO	TÍTULO DA OBRA	METODOLOGIA APLICADA	OBJETIVO PRINCIPAL
Santos Souza, R., Oliveira, R. P. de ., & Costa, F. M. . (2024).	A saúde da trabalhadora e do trabalhador policial militar: uma revisão integrativa	Revisão Integrativa.	de risco ocupacionais que levam ao adoecimento psíquico. Caracterizar a produção científica brasileira sobre a saúde da trabalhadora e do trabalhador policial militar. Os resultados apontaram estudos sobre diferentes significados do trabalho; questões de gênero no trabalho; caracterização de lesões e traumas por arma de fogo e seus impactos; sofrimento psíquico
Silva (2023)	O adoecimento dos profissionais da segurança pública: uma abordagem literária sobre o índice das principais patologias que contribuem para o afastamento do trabalho.	Descritivo, qualitativo, literário e narrativa.	Investigar as principais causas do adoecimento dos profissionais da segurança pública com foco na defesa social, visando identificar problemas relativos as principais patologias que causam afastamentos e adoecem esses profissionais do seu posto de trabalho a fim de identificar soluções para conter esse adoecimento para a melhoria do bem comum.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A partir da análise dos artigos selecionados, observa-se uma clara convergência teórica e empírica em torno da ideia de que o trabalho policial militar está profundamente associado a condições geradoras de sofrimento psíquico. Os desafios impostos por essa profissão ultrapassam os riscos físicos: envolvem pressões emocionais, institucionais e sociais que afetam diretamente a saúde mental dos policiais, como apontam Sousa e Barroso (2023) e Ferreira e Dias (2022).

No estudo de Sousa e Barroso (2023), policiais militares relataram sintomas como ansiedade, irritabilidade, insônia e crises emocionais, associando esses quadros a ambientes de trabalho opressivos e violentos e à ausência de suporte psicológico institucional. De forma complementar, a revisão de Santos e Saturnino (2023) destaca o estresse ocupacional crônico como um dos principais vetores do adoecimento emocional, principalmente em contextos com baixa valorização profissional e jornadas de trabalho exaustivas.

Um aspecto recorrente identificado na literatura é a invisibilização institucional do sofrimento emocional, associada à cultura da virilidade e do silêncio emocional, como destaca Caetano (2024). A autora denuncia que o sofrimento mental, mesmo quando evidente, é frequentemente negligenciado pelas lideranças militares e tratado como

fraqueza. Essa percepção também é reforçada nos estudos de Ferreira e Dias (2022) e Dias (2023), que exploram, sob a ótica da psicodinâmica do trabalho e da socioclínica, o modo como o sofrimento é internalizado e naturalizado no cotidiano dos policiais.

No tocante às estratégias de enfrentamento, Caetano (2024) ressalta que a maioria dos policiais ainda recorre a mecanismos desadaptativos, como isolamento social e uso de substâncias, em detrimento de práticas saudáveis como o apoio psicológico. Essa constatação reforça a urgência de promover programas estruturados de apoio psicossocial.

Além disso, a sobrecarga de trabalho e a irregularidade das escalas são destacados nos estudos de Silva (2023) e Dias (2023) como fatores centrais para o agravamento dos quadros de adoecimento mental. Esses autores apontam que a instabilidade da rotina e a imprevisibilidade das demandas de trabalho comprometem o equilíbrio emocional e a qualidade de vida dos agentes.

Por outro lado, embora as causas do adoecimento estejam bem delimitadas, poucas pesquisas apresentam propostas de prevenção robustas e institucionalizadas. Apenas os estudos de Queiroz (2025) e Back (2023) propõem soluções estruturadas, como a avaliação psicológica continuada e a implementação de acompanhamento preventivo como política pública permanente. Essas propostas ainda enfrentam desafios para sua consolidação no ambiente militar, principalmente devido à resistência cultural e à ausência de formação das lideranças em saúde mental.

Nesse sentido, Barroso, Sousa e Ribeiro (2024) destacam, em sua revisão integrativa, a carência de intervenções avaliadas quanto à efetividade, além da sub-representação de pesquisas com recorte de gênero, raça e regionalidade, o que limita a compreensão do sofrimento em sua totalidade.

Essa constatação é coerente com os estudos de Ferreira e Dias (2022), que aplicam os fundamentos da psicodinâmica do trabalho para revelar que o sofrimento psíquico dos policiais militares não é resultado apenas de fatores externos à organização, como a violência urbana, mas também de elementos internos e estruturais das corporações. Esses autores destacam o papel da organização do trabalho na produção de sofrimento moral, sobretudo quando o trabalhador não encontra espaços legítimos de expressão subjetiva. Nas polícias militares, marcadas por uma lógica de comando rígida e autoritária, a experiência emocional do agente é frequentemente silenciada ou

desqualificada, o que amplia o isolamento psicológico e dificulta a elaboração de vivências traumáticas.

Complementando essa perspectiva, o estudo de Dias (2023), por meio da análise socioclínica, evidencia que a cultura institucional da Polícia Militar do Distrito Federal está assentada em um modelo de gestão baseado no medo e na desconfiança. Isso resulta em relações hierárquicas marcadas por tensão, rivalidade e controle excessivo, que reduzem a autonomia dos policiais e inibem a criação de vínculos de confiança. O autor ressalta que a ausência de espaços de escuta protegidos e o despreparo das lideranças para lidar com questões emocionais são fatores diretamente relacionados ao agravamento do sofrimento psíquico. A estrutura organizacional, nesse contexto, funciona como um dispositivo que adoce, marginaliza e silencia.

No que diz respeito ao papel da liderança, Queiroz (2025) argumenta que as práticas de cuidado em saúde mental não podem estar restritas a ações pontuais, emergenciais ou apenas reativas. Para ele, é necessário institucionalizar a avaliação psicológica continuada, como política pública permanente, a fim de detectar precocemente os sinais de sofrimento psíquico e evitar o agravamento dos quadros. Segundo o autor, a avaliação deve ser compreendida não como um instrumento de controle, mas como um dispositivo de cuidado e prevenção, o que requer a mudança da cultura organizacional, com ênfase em lideranças capacitadas, empáticas e comprometidas com a promoção da saúde emocional dos seus subordinados.

A mesma linha é seguida por Back (2023), que reforça a importância de práticas preventivas sistematizadas. A autora apresenta a experiência de acompanhamento psicológico contínuo como forma de reduzir os fatores de risco psicossociais enfrentados por agentes de segurança pública. Em sua análise, fica evidente que a ausência de ações estruturadas de acolhimento favorece a normalização do sofrimento emocional, além de estimular o uso de estratégias de enfrentamento desadaptativas, como o abuso de substâncias ou a negação das emoções. Back também defende que a implementação dessas ações deve vir acompanhada de campanhas de sensibilização e formação ética, com vistas à desestigmatização da saúde mental no meio policial.

Em paralelo, a revisão integrativa conduzida por Barroso, Sousa e Ribeiro (2024) amplia o escopo de análise ao sistematizar os principais transtornos mentais mais prevalentes entre policiais militares — como depressão, ansiedade, estresse pós-traumático (TEPT) e Burnout — além de identificar lacunas importantes na produção

científica nacional. Entre os principais desafios apontados pelas autoras está a falta de pesquisas longitudinais, a sub-representação de recortes de gênero e raça e a escassez de estudos voltados à efetividade de intervenções institucionais. O estudo reforça que, sem base científica sólida para embasar as ações institucionais, qualquer proposta de cuidado corre o risco de se tornar meramente simbólica, sem impacto real na rotina dos agentes.

Por fim, o trabalho de Caetano (2024) chama atenção para o vínculo entre o adoecimento mental e o suicídio entre policiais militares. A autora destaca que a recorrência de casos de suicídio entre membros da corporação é frequentemente tratada como episódios isolados, o que impede a análise sistêmica do problema. Ela propõe uma abordagem mais integrada, que envolva políticas públicas específicas, atendimento psicoterapêutico constante e a criação de ambientes de trabalho mais acolhedores e menos hostis. Essa visão é complementada por Caetano (2024), que argumenta que a omissão institucional diante do sofrimento psíquico configura uma forma de (ir)responsabilidade estrutural. Ao não reconhecer oficialmente o impacto emocional da atividade policial, as instituições perpetuam práticas que colocam em risco a vida e a dignidade de seus próprios profissionais.

DISCUSSÃO

A saúde mental no contexto da Polícia Militar apresenta-se como uma preocupação crescente na literatura científica, considerando-se o conjunto de exigências emocionais, físicas e institucionais impostas a esses profissionais. De acordo com Silva (2023), o trabalho policial militar é caracterizado por alta exposição à violência, exigência de controle emocional em situações extremas e uma rígida hierarquia. Tais fatores, combinados, contribuem significativamente para o sofrimento psíquico do agente da segurança pública, muitas vezes sem qualquer tipo de reconhecimento ou suporte adequado por parte das corporações.

Essa realidade, frequentemente ignorada pelos formuladores de políticas públicas, é vivenciada cotidianamente pelos próprios policiais. O caso pessoal do autor deste trabalho, descrito no Anexo A, ilustra de forma concreta tal cenário. Em 3 de agosto de 2022, fora do horário de serviço, o autor interveio em uma tentativa de homicídio, vindo

a neutralizar dois agressores armados. Apesar da legitimidade da ação e do cumprimento do dever de proteger a vida de terceiros, nenhum suporte psicológico foi oferecido pela corporação ao policial envolvido. O episódio, marcado por alto estresse emocional e risco iminente de morte, gerou desdobramentos psíquicos relevantes, que não foram institucionalmente reconhecidos nem acompanhados.

Essa experiência pessoal não representa uma exceção, mas sim a realidade silenciosa de muitos policiais militares que enfrentam situações traumáticas e, posteriormente, permanecem sozinhos em seu sofrimento. O trabalho da Polícia Militar, por sua própria natureza, envolve riscos constantes, exposição à violência e exigências emocionais intensas.

A análise dos dez estudos selecionados revela um panorama complexo e multifatorial sobre os impactos psicossociais que afetam os policiais militares no Brasil. As produções científicas abordam, sob diferentes metodologias e referenciais teóricos, o sofrimento psíquico decorrente das condições laborais desses profissionais, evidenciando tanto os fatores de risco quanto as estratégias – ainda incipientes – de prevenção e cuidado institucional.

Diversos autores (Sousa & Barroso, 2023; Santos & Saturnino, 2023; Dias, 2023) apontam que o estresse ocupacional crônico, a exposição contínua à violência, a sobrecarga de trabalho e a ausência de suporte psicológico são os principais elementos que colaboram para o adoecimento mental desses profissionais. Tais fatores são constantemente reforçados por uma cultura organizacional hierarquizada e, muitas vezes, negligente quanto à saúde emocional de seus membros, como evidenciado no estudo de Caetano (2024), que crítica a (ir)responsabilidade institucional frente ao suicídio e ao sofrimento psicológico nas corporações.

Sob uma perspectiva psicodinâmica, Ferreira & Dias (2022) exploram o processo de subjetivação no contexto do trabalho policial, demonstrando como a vivência de situações-limite e o silenciamento institucional do sofrimento influenciam diretamente na saúde mental dos policiais. Nesse sentido, a ausência de espaços legítimos para a expressão do sofrimento se configura como um fator de agravamento do quadro psicológico desses profissionais.

Já os estudos de natureza teórica e ensaística (Back, 2023; Queiroz, 2025) reforçam a necessidade urgente da implementação de políticas públicas permanentes voltadas à saúde mental no âmbito da segurança pública. Ambos defendem a avaliação psicológica continuada e o acompanhamento preventivo como instrumentos centrais para a mitigação do sofrimento, propondo a institucionalização dessas práticas como forma de romper com o paradigma reativo das corporações.

As revisões integrativas apresentadas por Barroso, Sousa & Ribeiro (2024) e Santos & Saturnino (2023) contribuem para a sistematização do conhecimento já produzido sobre o tema, destacando as patologias mais recorrentes, como depressão, transtornos de ansiedade e Burnout, além de evidenciar lacunas importantes na literatura, especialmente no que tange à avaliação de programas preventivos já implantados e sua efetividade.

Por fim, o estudo de Silva (2023), com abordagem mais narrativa e descritiva, amplia o debate ao tratar do afastamento laboral decorrente de transtornos psíquicos, revelando o impacto direto do adoecimento mental não apenas na vida individual dos policiais, mas também na funcionalidade e na eficácia das instituições de segurança pública.

Assim, é possível concluir que, embora haja crescente atenção acadêmica ao sofrimento psíquico dos policiais militares, ainda persiste um descompasso significativo entre o reconhecimento institucional dos riscos psicossociais e a implementação efetiva de políticas preventivas e de cuidado continuado. O fortalecimento das ações institucionais voltadas à saúde mental, aliado ao incentivo à pesquisa aplicada nessa área, configura-se como uma necessidade urgente para a promoção do bem-estar desses profissionais e a melhoria dos serviços prestados à sociedade.

Apesar da crescente visibilidade da temática, a maior parte das ações institucionais no Brasil ainda é marcada por um caráter pontual, muitas vezes reativo, em vez de preventivo. Como apontam Barroso, Sousa & Ribeiro (2024), as políticas de saúde mental destinadas aos policiais militares são frequentemente fragmentadas, desarticuladas e sem continuidade, o que compromete sua eficácia. Em muitos casos, essas ações são ativadas apenas após episódios graves de adoecimento ou suicídio,

revelando uma lógica de gestão que prioriza a contenção de crises em detrimento da promoção do cuidado contínuo e humanizado.

Outro ponto importante diz respeito à cultura organizacional vigente nas corporações policiais, que muitas vezes reforça a ideia de invulnerabilidade emocional como característica do “bom policial”. Esse imaginário, analisado por Dias (2023) a partir da socioclínica, dificulta o reconhecimento do sofrimento psíquico como legítimo e impede que os indivíduos busquem ajuda por receio de estigmatização, punições ou prejuízos na carreira. O silêncio institucional sobre a dor emocional não só invisibiliza o sofrimento, como também agrava os riscos à saúde mental e contribui para o isolamento dos profissionais em situação de vulnerabilidade.

Além disso, as abordagens teóricas aplicadas nos estudos analisados, como a psicodinâmica do trabalho (Ferreira & Dias, 2022) e os ensaios teórico-reflexivos (Back, 2023; Queiroz, 2025), ressaltam a importância de compreender o sofrimento não apenas como um fenômeno individual, mas como uma construção coletiva e social, diretamente relacionada às condições e à organização do trabalho. Ao compreender o adoecimento como consequência de um ambiente hostil, sem espaços de escuta ou reconhecimento, essas abordagens contribuem para repensar o papel das instituições no cuidado de seus profissionais, propondo intervenções mais estruturadas, participativas e efetivas.

Por fim, é fundamental reconhecer que os avanços no enfrentamento dos impactos psicossociais vivenciados pelos policiais militares dependem de uma mudança estrutural e cultural no modo como a saúde mental é concebida e gerida dentro das forças de segurança pública. Isso inclui a revisão de protocolos, a ampliação de equipes multidisciplinares de saúde, a capacitação continuada de gestores e a inserção de práticas de escuta ativa e acompanhamento psicológico de forma sistemática. A literatura evidencia que apenas com a articulação entre diagnóstico, prevenção e intervenção será possível romper com o ciclo de adoecimento e promover, de fato, o bem-estar físico, psíquico e social desses profissionais.

Com base nos resultados desta pesquisa, conclui-se que a saúde mental dos policiais militares no Brasil representa uma questão crítica e multifacetada, que exige intervenções urgentes e eficazes tanto no âmbito institucional quanto na gestão pública. O trabalho policial militar é marcado por uma série de exigências emocionais, físicas e

sociais que, somadas à constante exposição à violência e ao risco, acabam por gerar um alto índice de adoecimento psíquico entre os profissionais. A falta de suporte psicológico adequado e a cultura organizacional repressora contribuem significativamente para o agravamento desses problemas, frequentemente invisibilizados ou minimizados pelas próprias estruturas institucionais.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. S. C.; BENDASSOLLI, P. F.; GONDIM, S. M. G. Trabalho emocional e burnout: um estudo com policiais militares. *Avances en Psicología Latinoamericana*, Bogotá, v. 35, n. 3, p. 459–472, 2017.

DOI:10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.4505.

ASCARI, R. A. et al. Prevalência de risco para síndrome de burnout em policiais militares. *Cogitare Enfermagem*, Curitiba, v. 21, n. 2, p. 1–10, 2018.

DOI:10.5380/ce.v21i2.44610.

BACK, L. Acompanhamento psicológico preventivo para agentes de segurança pública. *Revista Psicologia e Sociedade*, Curitiba, v. 35, n. 1, p. 112-125, 2023.

BARBOSA, F. de O.; MACEDO, P. C. M.; SILVEIRA, R. M. C. da. Depressão e o suicídio. *Revista SBPH*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 233–243, jun. 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582011000100013&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 02 jun. 2025.

BARROSO, F. M.; SOUSA, A. C.; RIBEIRO, T. R. Aspectos de saúde mental investigados em policiais: uma revisão integrativa. *Revista Saúde & Sociedade*, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 1–15, 2024.

CAETANO, T. R. Adoecimento mental e suicídio de policiais militares no Brasil: uma análise da (ir)responsabilidade institucional. *Revista de Psicologia Social*, Brasília, v. 30, n. 1, p. 45-59, 2024.

CHAVES, M. S. R.; SHIMIZU, I. S. Síndrome de burnout e qualidade do sono de policiais militares do Piauí. *Revista Brasileira de Medicina do Trabalho*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 88–97, 2018. DOI:10.5327/Z1679443520180286.

DANTAS, Hallana Laisa de Lima et al. Como elaborar uma revisão integrativa: sistematização do método científico. *Revista Recien-Revista Científica de Enfermagem*, v. 12, n. 37, p. 334-345, 2022. Disponível em: <https://recien.com.br/index.php/Recien/article/view/575>. Acesso em: 10 out. 2023.

DE LUNETTA, L. C.; GUERRA, C. V. R. Revisão bibliográfica como método de pesquisa científica. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, v. 35, n.

12, p. 112–122, 2023. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br>. Acesso em: 02 jun. 2025.

DEJOURS, C. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

DIAS, V. P. Análise socioclínica do contexto do trabalho e sua relação com o adoecimento mental de policiais militares do Distrito Federal. *Revista Psicologia e Trabalho*, Brasília, v. 25, n. 3, p. 210–225, 2023.

DOS SANTOS ALMEIDA, R. .; MEDEIROS DE OLIVEIRA, O. THE MINDFULNESS TECHNIQUE FOR TREATMENT OF OCD: A SYSTEMATIC REVIEW. *Health and Society*, [S. l.], v. 3, n. 02, p. 414–456, 2023. DOI: 10.51249/hs.v3i02.1303. Disponível em: <https://www.periodicojs.com.br/index.php/hs/article/view/1303>. Acesso em: 15 jun. 2025.

FERREIRA, J. M.; DIAS, L. R. Subjetivação e adoecimento no trabalho policial militar à luz da psicodinâmica. *Revista Psicodinâmica e Sociedade*, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 76–89, 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022*. São Paulo: FBSP, 2022.

LIMA, E. C. et al. Aspectos psicossociais do trabalho e síndrome de burnout em policiais militares em uma grande cidade da Bahia. *Saúde Coletiva* (Barueri), v. 14, n. 91, p. 13478–13495, out. 2024. DOI:10.36489/saudecoletiva.2024v14i91p13478-13495.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (Brasil). *Relatório Nacional de Saúde Mental na Segurança Pública*. Brasília: MJSP, 2022.

OLIVEIRA, T. S. de; FAIMAN, C. J. S. Ser policial militar: reflexos na vida pessoal e nos relacionamentos. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, v. 19, n. 2, p. 607–615, abr./jun. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.17652/rpot/2019.2.15467>.

QUEIROZ, L. C. Avaliação psicológica continuada: prevenção do adoecimento mental do policial militar. *Revista Psicologia, Estado e Sociedade*, Brasília, v. 17, n. 1, p. 55–70, 2025.

SANTOS, H. P.; CARVALHO, L. R. Práticas de cuidado e saúde mental na PM. *Revista Brasileira de Psicologia*, v. 18, n. 1, p. 140–150, 2024.

SANTOS, R. de O.; HAUER, B. R. D.; FURTADO, T. M. G. O sofrimento psíquico de policiais militares em decorrência de sua profissão: revisão de literatura. *Revista Gestão & Saúde*, Curitiba, v. 20, n. 2, p. 14–27, 2019.

SANTOS, S. S.; SATURNINO, A. S. G. O adoecimento psíquico nos policiais militares. *Revista Científica de Segurança Pública*, Curitiba, v. 9, n. 1, p. 41–57, 2023.

SANTOS SOUZA, R.; OLIVEIRA, R. P. de; COSTA, F. M. A saúde da trabalhadora e do trabalhador policial militar: uma revisão integrativa. *Revista Saúde Multidisciplinar*, v. 16, n. 1, 2024. DOI: <https://doi.org/10.53740/rsm.v16i1.793>.

SILVA, M. A. da; BUENO, H. P. V. O suicídio entre policiais militares na Polícia Militar do Paraná: esforços para prevenção. *Revista de Ciências Policiais da APMG*, São José dos Pinhais, v. 1, n. 1, p. 5–23, 2017.

SILVA, R. F. et al. Impactos psicossociais do trabalho policial militar. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, v. 20, n. 2, p. 110–120, 2020.

Silva, L. N. da, & Sehnem, S. B. (2018). Avaliação da saúde mental de policiais militares. *Pesquisa Em Psicologia - Anais eletrônicos*, 43–60. Recuperado de https://periodicos.unoesc.edu.br/pp_ae/article/view/19184

SILVA, T. R. O adoecimento dos profissionais da segurança pública: uma abordagem literária sobre o índice das principais patologias que contribuem para o afastamento do trabalho. *Revista de Estudos em Defesa Social*, Recife, v. 4, n. 2, p. 65–78, 2023.

SOUSA, A. C.; BARROSO, F. M. Sofrimento psíquico em policiais militares brasileiros: revisão de literatura. *Revista Brasileira de Psicologia Militar*, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 90–105, 2023.